EDUTALKS #12



QUEM SÃO OS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS?

Com a participação de:

Alberto Amaral | António Fontainhas Fernandes | Carla Sá
Cláudia André | Tiago Estêvão Martins

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

EDUTALKS #12

QUEM SÃO OS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS?

Com a participação de:
Alberto Amaral | António Fontainhas Fernandes | Carla Sá
Cláudia André | Tiago Estêvão Martins

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

O EDULOG é uma iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo que tem como objetivo contribuir para a construção de um sistema de educação de referência em Portugal. Na persecução da sua missão e da sua visão, apoia estudos de investigação na área da Educação e dinamiza encontros e conferências cientificamente fundamentados.

Ficha técnica
© EDULOG - Fundação Belmiro de Azevedo
www.edulog.pt
Junho de 2021

Título: Quem são os estudantes que frequentam o ensino superior português?
Ano de edição: 2021
Depósito legal: 495029/22
ISBN: 9798408580217

ÍNDICE

PÁG.

/ 4 - 19 / CONTEXTUALIZAÇÃO

/ 20 - 21 / RECOMENDAÇÕES DO EDULOG

/ 22 - 25 / INFOGRAFIA

DISCURSO DIRETO

/ 28 - 29 / Carla Sá

/ 30 - 35 / António Fontainhas Fernandes

/ 36 - 41 / Tiago Estêvão Martins

/ 42 - 45 / Cláudia André

/ 46 - 49 / Alberto Amaral

CONTEXTUALIZAÇÃO

O EDULOG, o think tank para a Educação da Fundação Belmiro de Azevedo, apresentou em novembro de 2021 o estudo *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior*, do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), que teve como um dos seus principais objetivos perceber se a massificação do acesso ao ensino superior tem contribuído ou não para colmatar desigualdades no acesso, sucesso e permanência/abandono dos estudantes.

Os resultados obtidos mostram que a expansão do ensino superior em Portugal não se traduziu na eliminação das desigualdades, sendo o contexto socioeconómico o fator que mais as promove.
O sistema de acesso ao ensino superior é uma peça fundamental na garantia da igualdade na admissão a este nível de formação. Em Portugal, o Concurso Nacional de Acesso é a principal porta de entrada, existindo ainda regimes e concursos especiais para grupos específicos de candidatos.

A oferta de vagas no ensino público tem-se mantido estável, sendo maior nas universidades do que nos politécnicos. Em 2020 o número de vagas aumentou, e, com o objetivo de minimizar o impacto da pandemia nos resultados dos alunos, os exames nacionais tiveram a sua estrutura alterada, com questões optativas, dando assim maior liberdade a quem realizou as provas. Acresce que os exames nacionais do secundário, nesse ano, serviram apenas como provas de ingresso, não contando para a classificação de conclusão do ensino secundário, como era habitual. Este conjunto de medidas teve como consequência a subida dos resultados obtidos pelos alunos do ensino secundário a praticamente todas as disciplinas. Essa subida foi, em média, de três valores, o que conduziu a uma subida das médias de acesso na generalidade dos cursos de ensino superior.

A tendência para o aumento do número de candidatos colocados e matriculados acentuou-se no último ano. Desde 2013, depois do auge da crise económica, que o número de candidatos estava em crescimento, tendo tido apenas uma quebra em 2018.

Em 2020, 67.671 estudantes foram candidatos ao Concurso Nacional de Acesso, dos quais 58.372 conseguiram colocação e 52.761 formalizaram a inscrição. Recuando a 2013 encontramos 48.683 candidatos, 45.822 colocados e 41.568 matriculados. Entre os estudantes colocados e os que efetivamente concretizam a matrícula há diferenças que não devem ser negligenciadas. Apesar de garantirem um lugar no ensino público, em cada ano mais de cinco mil candidatos acabam por não se inscrever. Várias razões podem explicar este fenómeno. Pode acontecer que os candidatos não tenham conseguido colocação na sua área de residência, e não tenho capacidade financeira para suportar os custos de deslocação, optem por não frequentar o curso em que foram colocados. Pode ainda acontecer que o aluno opte por frequentar uma instituição privada, perto da sua área de residência. São hipóteses que, segundo os investigadores, merecem uma reflexão adicional.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Candidatos	52.876	48.683	49.825	54.211	56.171	58.479	55.408	57.156	67.671
Colocados	48.985	45.822	45.799	49.166	50.208	51.919	50.525	51.086	58.372
Matriculados	44.044	41.568	41.224	44.158	45.116	46.343	45.135	45.888	52.761

[Nota] Foram contabilizadas apenas, e no máximo, uma colocação e uma matrícula por candidato. Foram excluídas as candidaturas e matrículas anuladas por recandidaturas e recolocações em fases posteriores do concurso. Fonte: Cálculos próprios a partir da base de dados do Concurso Nacional de Acesso

Tabela 1 | Evolução do número de candidatos, colocados e matriculados (Concurso Nacional de Acesso), 2012-2019

Mais de metade dos candidatos escolhe de forma consistente instituições universitárias, considerando-se apenas a primeira fase do concurso de acesso. A proporção de candidatos cujo conjunto de escolhas inclui apenas universidades (face ao número de candidatos com pelo menos uma opção de universidade no respetivo conjunto) é maior do que a proporção de candidatos cujos conjuntos de escolhas incluem apenas institutos politécnicos, situação que se mantém em nove anos, entre 2012 e 2020. Destaca-se, contudo, o aumento na proporção de estudantes que opta consistentemente por cursos politécnicos: passando de 22%, em 2019, para 26%, em 2020. Em tempo de pandemia, a taxa de ocupação global do sistema de ensino superior foi a maior dos últimos anos. Desde 2015 ronda valores próximos de 90%, o que significa que há um número relevante de vagas que ficam por preencher. Em 2020, a taxa de ocupação passa a ser cerca de 93%, facto ainda mais notável tendo em conta o grande aumento na oferta de lugares no ensino superior público. Esta taxa de ocupação média, global, esconde, no entanto, diferenças entre instituições. Os politécnicos têm mais dificuldade em preencher as suas vagas do que as universidades. Em 2019, registaram as taxas de ocupação mais baixas os Institutos Politécnicos de Beja (48%), de Bragança (47%) e de Tomar (50%). Em 2020 permanecem na mesma posição, com a diferença de que em todos – sobretudo nos dois primeiros – a taxa de ocupação aumentou (63%, 59% e 52%, respetivamente). No subsistema universitário, registam as taxas de ocupação mais baixas em 2019 e em 2020 as Universidades dos Açores (76% e 96%), da Madeira (92% e 92%) e do Algarve (87% e 98%).

Em 2020, a taxa de ocupação passa a ser cerca de 93%, facto ainda mais notável tendo em conta o grande aumento na oferta de lugares no ensino superior público.

Quem são os candidatos que ficam para trás?

Do total de alunos que completa o ensino secundário em Portugal, apenas cerca de 40% prossegue estudos para o ensino superior. Há ainda um grupo de estudantes que, tendo-se candidatado a uma vaga nas universidades ou politécnicos, não consegue colocação e muitos candidatos não colocados não preenchem todas as seis opões de candidatura disponíveis em cada fase. Em 2019, um total de 57.156 estudantes candidataram-se ao ensino superior. Dos 67.671

candidatos ao Concurso Nacional de Acesso em 2020, perto de 14% (9.300) não conseguiram colocação em qualquer instituição de ensino superior público. Desse total, a maioria frequentou o ensino secundário em cursos cientifico-humanísticos (95,2%).

Curso do Ensino Secundário	2019				2020			
	Total candidatos	% candidatos	Total não colocados	% não colocados	Total candidatos	% candidatos	Total não colocados	% não colocados
Ens. secundário (DL 286/89), nível secundário de educação e via de ensino do 12º ano	54.827	95,9%	5.763	94,9%	64.918	95,9%	8.854	95,2%
Ensino recorrente	18	0,0%	7	0,1%	25	0,0%	9	0,1%
Técnico-profissionais, Ensino profissional	344	0,6%	28	0,5%	364	0,5%	36	0,4%
Equivalências	1.967	3,4%	272	4,5%	2.364	3,5%	401	4,3%
Total	57.156		6.070		67.671		9.300	

[Fonte] Cálculos próprios a partir da base de dados do Concurso Nacional de Acesso

Tabela 2 | Percentagem de candidatos não colocados por curso do ensino secundário, 2019 e 2020

Do total de candidatos ao ensino superior em 2019, cerca de 57% eram mulheres. O maior peso das mulheres é observado na distribuição de candidatos colocados e não colocados por género.

	2019						2020					
	Candidatos	Não colocados	Colocados				Candidatos	Não colocados	Colocados			
			1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	Global			1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	Global
Feminino	32.417	3.467	25.446	5.161	733	28.950	38.184	5.580	28.636	5.362	803	32.605
	56,7 %	57,1%	57,0%	55,6%	52,3%	56,7%	56,4%	60,0%	56,2%	54,7%	54,8%	55,9%
Masculino	24.739	2.603	10.065	4.117	669	22.136	29.487	3.720	22.343	4.435	663	25.767
	43,3%	42,9%	43,0%	44,4%	47,7%	43,3%	43,6%	40,0%	43.8%	45,3%	45,2%	44,1%
Total	57.156	6.070	44.511	9.278	1.402	51.086	67.671	9.300	50.979	9.797	1.466	58.372

[Nota] Os números relativos aos estudantes colocadas em cada uma das fases são os totais. Na coluna Global indicam-se os candidatos no conjunto das 3 fases, considerando apenas uma colocação, caso tenha havido recandidatura. Fonte: Cálculos próprios a partir da base de dados do Concurso Nacional de Acesso

Tabela 3 | Distribuição de candidatos, colocados e não colocados por género, 2019 e 2020

Lisboa e Porto, os distritos com maiores proporções de candidatos, estão sobrerreprensentados entre os que não conseguem colocação

Lisboa e Porto, os distritos com maiores proporções de candidatos, estão sobrerreprensentados entre os que não conseguem colocação. Em 2020, os candidatos destes dois distritos representavam cerca de 44% do total, mas cerca de 62% dos não colocados. Este facto cria um dilema, havendo que escolher entre o aumento do número de vagas em Lisboa e Porto, o que poderá contribuir para o esvaziamento de cursos em outras regiões, nomeadamente no interior, ou conter as vagas em Lisboa e Porto com manifesto prejuízo dos alunos locais. Aliás, esta escassez de vagas públicas explica a concentração da oferta privada em Lisboa e no Porto.

Distrito	2019				2020			
	Nº de candidatos	% candidatos	Nº de não colocados	% não colocados	Nº de candidatos	% candidatos	Nº de não colocados	% não colocados
Aveiro	2.776	4,9%	197	3,2%	3,151	4,7%	296	3,2%
Beja	578	1,0%	21	0,3%	659	1,0%	64	0,7%
Braga	5.537	9,7%	517	8,5%	6.148	9,1%	628	6,8%
Bragança	589	1,0%	15	0,2%	703	1,0%	40	0,4%
C. Branco	967	1,7%	33	0,5%	1.133	1,7%	73	0,8%
Coimbra	3.213	5,6%	273	4,5%	3.561	5,3%	362	3,9%
Faro	1.909	3,3%	134	2,2%	2.460	3,6%	249	2,7%
Évora	950	1,7%	49	0,8%	1.141	1,7%	91	1,0%
Guarda	701	1,2%	21	0,3%	780	1,2%	37	0,4%
Leiria	2.714	4,7%	150	2,5%	3.087	4,6%	217	2,3%
Lisboa	14.537	25,4%	2.418	39,8%	17.534	25,9%	3.684	39,6%
Portalegre	464	0,8%	14	0,2%	551	0,8%	38	0,4%
Porto	10.554	18,5%	1.422	23,4%	12.815	18,9%	2.099	22,6%
Santarém	1.956	3,4%	94	1,5%	2.327	3,4%	199	2,1%
Setúbal	2.457	4,3%	331	5,5%	3.227	4,8%	622	6,7%
V. Castelo	1.334	2,3%	56	0,9%	1.494	2,2%	93	1,0%
Vila Real	1.179	2,1%	65	1,1%	1.507	2,2%	116	1,2%
Viseu	1.904	3,3%	80	1,3%	2.110	3,1%	109	1,2%
R. A. Açores	1.116	2,0%	32	0,5%	1.327	2,0%	76	0,8%
R. A. Madeira	1.721	3,0%	148	2,4%	1.956	2,9%	207	2,2%
Total	57.156		6.070		67.671		9.300	

[Fonte] Cálculos próprios a partir da base de dados do Concurso Nacional de Acesso

Tabela 4 | Percentagem de candidatos não colocados face ao total de candidatos, por distrito, 2019 e 2020

Quem são os colocados, de onde vêm e de que forma entraram?

A maioria das instituições de ensino superior recebe uma grande proporção de candidatos provenientes dos distritos onde se localiza. Em 2019, em sete das 13 universidades públicas, 65% ou mais dos candidatos em primeira opção reside no próprio distrito da instituição. Esse peso é mais expressivo nas universidades das regiões autónomas. Nos 15 institutos politécnicos – excluindo as cinco escolas politécnicas independentes –, o peso dos candidatos do distrito varia entre os 40,2% do Instituto Politécnico de Bragança e os 82,6% do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Seguem-se os Institutos Politécnicos de Setúbal (77,5%), do Porto (77,4%) e de Lisboa (74,6%). O padrão geral manteve-se em 2020.

Nem sempre os estudantes ficam colocados na instituição de primeira escolha. Existem diferenças entre as áreas de recrutamento potenciais das universidades e politécnicos e as de recrutamento efetivas. Estas últimas são as que resultam da distribuição dos estudantes que se matriculam. As duas áreas coincidem, em traços gerais, mas as quotas de estudantes matriculados provenientes do distrito das instituições são menos expressivas. Ainda assim, em regra, os estudantes preferem a instituição de ensino superior localizada no seu distrito. Isto significa pouca disponibilidade para sair da sua região. Santarém é a exceção. Apesar de existir um instituto politécnico localizado no distrito, a maior percentagem de alunos matricula-se na Universidade de Lisboa. Sempre que no distrito existem os dois tipos de instituição – universidade e politécnico – é a primeira que recebe a maior percentagem de matriculados do distrito. Nos casos onde existe apenas um politécnico no distrito, a segunda instituição com mais matriculados do distrito é, normalmente, uma universidade.

Que influência tem o contexto socioeconómico?

O contexto socioeconómico influencia as escolhas dos estudantes que decidem candidatar-se ao ensino superior. Não serem a primeira geração a frequentar o ensino superior coloca os candidatos em

situação de vantagem. Primeiro, porque podem beneficiar da ajuda e orientação dos pais no processo de escolha e candidatura. Segundo, porque ter pais diplomados do ensino superior está muitas vezes associado a uma situação financeira melhor que permite que as escolhas sejam feitas de forma mais livre. Já os estudantes de contextos mais desfavorecidos terão mais dificuldade em suportar os custos associados à frequência de uma instituição privada ou até poderão ser demovidos de escolher cursos e instituições afastadas da residência dos pais. Precisamente por incapacidade de suportar os custos da deslocação, onde se inclui o nível de vida em algumas cidades.

As notas obtidas no ensino secundário e nos exames nacionais estão também fortemente correlacionadas com este contexto familiar mais favorável.

As notas obtidas no ensino secundário e nos exames nacionais estão também fortemente correlacionadas com este contexto familiar mais favorável. Os alunos com melhores notas de candidatura podem candidatar-se aos cursos mais seletivos que, regra geral, são oferecidos pelas universidades. As diferenças encontram-se, desde logo, no subsistema e no setor das instituições de ensino superior a que os estudantes se candidatam.

De salientar que existe uma diferença significativa na proporção de alunos que beneficiam de bolsa de ação social em cada subsistema. Em 2017/2018, no ensino público politécnico, a percentagem de bolseiros inscritos pela primeira vez rondava os 37%, enquanto no ensino público universitário era de 28%. Estas percentagem podem indicar que os estudantes que frequentam os institutos politécnicos provêm de um contexto socioeconómico relativamente mais desfavorecido. Esta observação é consistente com a informação relativa à educação dos pais, um indicador importante da situação social e económica familiar. A proporção de alunos inscritos no ensino superior universitário público cujo pai/mãe tem curso superior é o dobro da encontrada no ensino politécnico público. As proporções análogas para o ensino privado são em tudo semelhantes.

	Pai com ensino superior	Mãe com ensino superior	Bolseiro
Público Universitário	31,5%	40,0%	27,7%
Público Politécnico	16,5%	22,8%	37,3%
Privado Universitário	33,3%	40,2%	n.d.
Privado Politécnico	16,9%	22,8%	n.d.

[Nota] (1) Nas colunas Pai/Mãe c/ ensino superior constam as percentagens de pais/mães com aquele nível de ensino. Foram considerados para este cálculo apenas os pares instituição/curso que apresentam informação sobre a educação dos pais para pelo menos 90% dos estudantes. (2) Na coluna Bolseiro aparece a percentagem de estudantes inscritos no 1º ano pela primeira vez que beneficiam de bolsa de ação social, informação que apenas esteve disponível para os alunos do ensino superior público.

Tabela 5 | Percentagem de estudantes bolseiros e escolaridade dos pais por subsistema de ensino superior (2017/18, alunos inscritos no 1º ano pela 1ª vez)

Relativamente ao ensino superior público é possível fazer uma análise mais detalhada sobre o contexto socioeconómico dos estudantes tomando como base os dados sobre a atribuição de bolsas no ano letivo 2018/2019, nomeadamente, analisando o número de estudantes que apresentaram candidatura a uma bolsa de ação social e o resultado dessa candidatura.

	Estudantes	Candidatos a bolsa	Bolsas atribuídas	% candidatos a bolsa no total de estudantes	% candidatos c/ bolsa atribuída	% bolseiros
Nacionalidade Portuguesa	44.453	23.724	14.064	53,4%	59,3%	31,6%
Outras nacionalidades	597	349	121	58,5%	34,7%	20,3%
Total	45.050	24.073	14.185	53,4%	58,9%	31,5%

Tabela 6 | Estatuto de bolseiro e nacionalidade dos estudantes inscritos no 1º ano pela 1ª vez no ensino superior público (2018/19)

Cerca de 31,5% dos estudantes do ensino superior público beneficiou, no ano letivo em causa, de apoio social para estudar. A esmagadora maioria dos bolseiros tem nacionalidade portuguesa, o que aliás reflete a própria distribuição de nacionalidades entre os estudantes inscritos no 1º ano pela primeira vez no ensino superior público. De notar que, ainda assim, a proporção de estudantes com nacionalidade estrangeira que, tendo-se candidatado a uma bolsa,

viu o seu pedido rejeitado, é de cerca de 65%, contra apenas 40% no caso de candidatos a bolsa com nacionalidade portuguesa.

	Estudantes	Candidatos a bolsa	Bolsas atribuídas	% candidatos a bolsa no total de estudantes	% candidatos c/ bolsa atribuída	% bolseiros
Masculino	19.446	9.164	5.053	47,1%	55,1%	26,0%
Feminino	25.604	14.909	9.132	58,2%	61,3%	35,7%
Total	45.050	24.073	14.185	53,4%	58,9%	31,5%

Tabela 7 | Estatuto de bolseiro e género dos estudantes inscritos no 1º ano pela 1ª vez no ensino superior público (2018/19)

O contexto socioeconómico dos estudantes varia também com as áreas de formação. A distribuição por áreas científicas do peso dos alunos bolseiros entre os inscritos no 1º ano 1ª vez mostra, de forma clara, a existência de uma diferença entre os estudantes que frequentam cursos das áreas CTEM e aqueles que frequentam cursos na área da saúde ou ainda noutras áreas. Isto pode sugerir que os alunos de contextos socioeconómicos mais favorecidos tendem a concentrar-se nos cursos das áreas CTEM, áreas que tipicamente apresentam as melhores condições no mercado de trabalho.

	Feminino	Masculino	Bolseiros	Candidatos
Áreas CTEM	34,3%	65,7%	25,8%	44,6%
Saúde	77,2%	22,8%	32,0%	52,6%
Outras	62,8%	37,2%	34,0%	57,7%

[Nota] Partindo das áreas CNAEF a 2 dígitos, são consideradas as seguintes áreas como áreas CTEM: Ciências biológicas e ciências afins (51), Ciências físicas (53), Matemática e estatística (54), Programas e qualificações interdisciplinares que envolvem as Ciências naturais, matemática e estatística (58), Tecnologias de informação e comunicação (61), Engenharia e tecnologias afins (71), Programas e qualificações interdisciplinares que envolvem a Engenharia, indústrias transformadoras e construção (78).

Tabela 8 | Diferenças de género e na proporção de bolseiros entre áreas CTEM e não CTEM, 2018/2019

O abandono e a permanência no ensino superior são também influenciados pelo contexto social e económico dos estudantes.

De facto, este é um dos seus mais importantes preditores. A taxa de abandono varia entre subsistemas, tipos de curso e áreas de formação. É, em média, menor no sistema universitário do que no ensino politécnico, tendo decrescido ligeiramente nos anos mais recentes. A média da proporção de estudantes matriculados em 2018/2019 que abandonaram o curso um ano depois, ou seja, em 2019/2020 era de 8,8% no subsistema politécnico e de 8,1% no subsistema universitário. O abandono é mais baixo nos cursos de Mestrado Integrado e de Licenciatura de 1.º ciclo e mais elevado nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) e de Mestrado de 2.º ciclo. A média da proporção de estudantes que se matriculam pela primeira vez em 2018/2019 e abandonam os estudos um ano depois é de 18% nos cursos CteSP, de 8,8% na Licenciatura de 1.º ciclo, de 15,8% no Mestrado de 2.º ciclo e de 3,5% no Mestrado Integrado. As áreas das CTEM apresentam taxas de abandono inferiores, quando comparadas com as restantes. A média da proporção de estudantes que se matriculam pela primeira vez em 2018/2019 e abandonam os estudos um ano depois é de 9,7% nas áreas não CTEM e de 5,7% nas áreas CTEM.

A taxa de abandono varia entre subsistemas, tipos de curso e áreas de formação.

Subsistema	Taxa de abandono dos inscritos 1º ano 1ª vez nos anos letivos anteriores			
	2015/2016 2016/2017	2016/2017 2017/2018	2017/2018 2018/2019	2018/2019 2019/2020
Politécnico	9,4%	9,2%	8,8%	8,8%
Universitário	7,5%	7,1%	7,1%	8,1%
Tipo de Curso	**Taxa de abandono dos inscritos 1º ano 1ª vez nos anos letivos anteriores**			
	2015/2016 2016/2017	2016/2017 2017/2018	2017/2018 2018/2019	2018/2019 2019/2020
CTeSP	nd	20,8%	18,2%	18,0%
Licenciatura 1.º ciclo	9,2%	8,8%	8,6%	8,8%
Mestrado 2.º ciclo	Nd	17,1%	16,4%	15,8%
Mestrado Integrado	3,0%	3,1%	3,3%	3,5%
Áreas	**Taxa de abandono dos inscritos 1º ano 1ª vez nos anos letivos anteriores**			
	2015/2016 2016/2017	2016/2017 2017/2018	2017/2018 2018/2019	2018/2019 2019/2020
Áreas não CTEM	9,8%	9,4%	9,4%	9,7%
Áreas CTEM	5,4%	5,1%	4,9%	5,7%

[Nota] Estes valores resultam da média das taxas de abandono dos cursos de ensino superior, ponderada pelo número de alunos inscritos no 1º ano pela primeira vez no conjunto dos 2 anos letivos considerados.
Fonte: Cálculos próprios a partir da base de dados do portal *InfoCursos*.

Tabela 9 | Média da proporção de estudantes que abandonam o curso um ano depois da sua matrícula

Em relação à decisão de um estudante permanecer ou abandonar o ensino superior, verifica-se que, quanto menos favorecido é o contexto socioeconómico do estudante, maior é a taxa de abandono. Também se verifica que a satisfação do estudante é um fator favorável à sua decisão de permanência no curso. Por um lado, o abandono é menor nos cursos em que mais alunos são colocados na sua primeira opção. Por outro lado, os cursos com maiores quotas de estudantes insatisfeitos com a situação de mobilidade, seja porque estão deslocados quando não queriam, seja porque queriam estar deslocados, mas não conseguiram sair de casa dos pais, são os que perdem mais estudantes em resultado de transferências ou mudanças de curso.

Em Portugal, alguns dos fatores responsáveis pelo abandono prendem-se com as condições socioeconómicas do País e das famílias. As contribuições das famílias para os custos do ensino superior têm um peso no seu orçamento superior à média da UE, o que é agravado pelas menos boas condições socioeconómicas das famílias portuguesas, sobretudo nas regiões do interior do País. Com a perceção de que se trata de um investimento com retornos incertos no longo prazo, muitos indivíduos são forçados a entrar mais cedo no mercado de trabalho para aumentar o rendimento familiar.

Também na entrada para o mercado de trabalho são identificadas desigualdades, sendo que os estudantes de contextos desfavorecidos enfrentam maior risco de desemprego, sugerindo que o ensino superior pode nem sempre cumprir o seu papel de promotor da mobilidade social. Em média, os estudantes que terminam a sua formação académica em universidades públicas tendem a ter uma menor propensão ao desemprego do que os dos politécnicos públicos. Esta diferenciação ocorre, segundo o estudo da EDULOG, pelo facto de os institutos politécnicos receberem estudantes de contextos socioeconómicos mais diversos, sendo uma maior propensão ao desemprego um reflexo das desigualdades já existentes no momento do acesso, e não uma falha do ensino politécnico no cumprimento da sua missão. Outros fatores são identificados, nomeadamente: uma menor propensão

para o desemprego em cursos com mais vagas ou com uma maior proporção de estudantes provenientes do concurso de acesso para maiores de 23 anos.

Área de Formação	Número de programas	Propensão ao desemprego		
		Mínima	Média	Máxima
Agricultura, silvicultura e pesca	20	1,4%	8,9%	5,0%
Arquitetura e construção	38	0,0%	15,4%	7,2%
Artes	105	0,0%	15,7%	7,4%
Ciências Sociais e do Comportamento	91	0,0%	15,6%	4,9%
Ciências da vida	42	0,3%	12,5%	2,3%
Ciências empresariais	189	0,0%	19,7%	6,1%
Ciências físicas	23	0,0%	6,6%	3,4%
Ciências veterinárias	11	1,7%	9,2%	4,1%
Direito	32	0,6%	14,9%	5,3%
Engenharia e técnicas afins	106	0,0%	9,7%	2,6%
Formação de Professores/ Formadores	34	0,0%	10,3%	3,2%
Humanidades	55	0,0%	12,3%	6,0%
Indústrias transformadoras	7	0,0%	8,3%	4,7%
Informação e jornalismo	28	2,5%	18,8%	8,3%
Informática	21	0,9%	10,8%	2,8%
Matemática e estatística	11	0,0%	4,3%	1,7%
Proteção do ambiente	11	0,8%	14%	7,7%
Saúde	129	0,0%	12,7%	1,8%
Serviços de segurança	4	0,0%	4,1%	2,2%
Serviços de transporte	3	2,3%	6,0%	4,3%
Serviços pessoais	71	2,1%	25,4%	8,9%
Serviços sociais	37	3,9%	22,9%	9,7%

[Nota] (1) A propensão ao desemprego foi obtida como a média das propensões ao desemprego dos vários cursos, ponderada pelo respetivo número diplomados. (2) Por razões de fiabilidade estatística, o Portal InfoCursos não divulga a percentagem de desemprego registado no IEFP de pares curso/estabelecimento com menos de 30 diplomados no período considerado. Por essa razão, número de cursos considerado é inferior ao total existente. (3) Há 8 cursos classificados como Desconhecido ou não especificado. Fonte: Cálculos efetuados a partir das bases de dados do portal InfoCursos 2021

Tabela 9 | Propensão ao desemprego por área de formação, 2020

Face aos resultados obtidos, o EDULOG apresentou um conjunto de recomendações ao nível das políticas públicas.

Face aos resultados obtidos, o EDULOG apresentou um conjunto de recomendações ao nível das políticas públicas. Entre estas destacam-se: a alteração das condições de atribuição de bolsas de ação social, incluindo o seu valor, de modo a alargar o número de estudantes elegíveis; a intensificação do trabalho de complementaridade entre as instituições de ensino superior e o mercado de trabalho, para se conseguir uma melhor integração das alunos no emprego; o reforço da oferta formativa no ensino superior, para acompanhar o aumento do número de candidatos; o reforço dos processos de orientação das escolhas dos estudantes, ainda no ensino secundário; e a aposta em ações de sensibilização para os estudantes e famílias de contextos mais desfavorecidos, com o propósito de demonstrar os benefícios do ensino superior.

Quem são e que desafios presidem à captação de estudantes internacionais?

O estudo *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior* procurou ainda mapear o número de estudantes internacionais inscritos no ensino superior português e analisar a sua evolução, bem como compreender as motivações, estratégias, fatores de atratividade e os desafios das instituições de ensino superior (IES) em Portugal no recrutamento de estudantes internacionais. Este trabalho contou com o recurso às bases de dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC) do período entre 2011/2012 e 2019/2020 e foram realizadas entrevistas com representantes de 13 instituições.

O número de estudantes estrangeiros a frequentar instituições de ensino superior portuguesas duplicou na última década. No ano letivo de 2011/2012, um total de 21.225 estudantes internacionais frequentava o ensino superior em Portugal. Em 2019/2020 contabilizavam-se 48.649 estudantes internacionais [de grau], dos quais, 35.476 (72,92%) eram oriundos de países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Brasil, ou seja, eram estudantes que falam português. Dos restantes estudantes, 13.173

tinham outras proveniências (27,08%), 5.608 (11,53%) vinham de Espanha, França, Itália e Alemanha.

A região Norte e a Área Metropolitana de Lisboa concentram as maiores percentagens de estudantes internacionais, sendo que o Norte apresenta o maior crescimento em termos de matrículas na última década, sobretudo a partir do ano letivo de 2016/2017. Verifica-se uma maior representação de estudantes internacionais nos Doutoramentos, correspondendo a 34,94% do corpo discente total. Seguem-se os Mestrados, com quase 25% do corpo discente constituído por estudantes internacionais.

As áreas científicas do grau mais frequentadas são "Ciências sociais, administração e direito", com 24,5% dos inscritos, seguida por "Engenharia, indústrias transformadoras e construção", com 20,1%. A área da Saúde, com 12,47% dos inscritos, é a que apresentou o maior crescimento em termos proporcionais, tendo mais do que triplicado o número de internacionais ao longo do período em análise.

As áreas científicas do grau mais frequentadas são "Ciências sociais, administração e direito"

Ao nível das motivações para o recrutamento de estudantes internacionais, o estudo mostra que as instituições referem razões culturais e académicas, ainda que algumas identifiquem razões económicas e de sustentabilidade como o principal motivo para a sua internacionalização.

Em 2014 houve dois desenvolvimentos significativos: por um lado, a aprovação do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, que definiu o estatuto do estudante internacional (EEI); por outro lado, foi publicado, em maio, o relatório *Uma Estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português*, da autoria de uma comissão mista do Ministério Adjunto e do Desenvolvimento Regional (MADR) e do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

O estudo agora tornado público mostra que, para além da duplicação do número de estudantes estrangeiros na última década, muito ficou por resolver, nomeadamente devido à não

aplicação das recomendações do relatório MADR/MEC. Mantém-se uma das fragilidades do processo de internacionalização resultante da fraca oferta de ciclos de estudo na língua inglesa. Esta questão foi abordada nas recomendações do relatório MADR/MEC, aparentemente sem grandes resultados.

Já ao nível dos desafios enfrentados, o EDULOG destaca a burocracia na obtenção dos vistos dos estudantes extracomunitários, nunca tendo sido implementada a VIA VERDE proposta pelo relatório MADR/MEC, e a ausência de uma coordenação nacional entre os organismos intervenientes no percurso dos estudantes internacionais. Mas, também, existem dificuldades de recrutamento de estudantes da EU, explicitamente excluídos da aplicação do EEI, o que cria problemas nas vias de acesso destes estudantes. Além disso, o EEI exclui os estudantes internacionais da contabilização para a fórmula de financiamento e da atribuição de bolsas de estudo (exceto estudantes da CPLP), o que coloca as nossas instituições em clara inferioridade num mercado de ensino superior concorrencial e globalizado.

(...) um maior investimento no financiamento da investigação académica, de forma a melhorar a visibilidade internacional do país a nível científico

Como medidas a adotar, o EDULOG recomenda que: haja um maior investimento no financiamento da investigação académica, de forma a melhorar a visibilidade internacional do país a nível científico; se promova uma oferta formativa em inglês, para atrair estudantes além dos provenientes dos países de língua oficial portuguesa; se crie um "visto de estudante", com base numa burocracia; se incentive a coordenação nacional entre os diversos organismos intervenientes no percurso dos estudantes internacionais (instituições de ensino superior, embaixadas, a entidade que substituir o SEF e as Finanças).

Foi neste contexto que o EDULOG, da Fundação Belmiro de Azevedo, promoveu o debate "Quem são os estudantes nacionais e internacionais no ensino superior português?", no dia 29 de novembro de 2021, no Auditório do Colégio Efanor, em Matosinhos, e que contou com a participação de Alberto Amaral (coordenador científico do Conselho Consultivo do EDULOG), António Fontaínhas

Fernandes (Presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior), Carla Sá (Professora Auxiliar do Departamento de Economia da Universidade do Minho), Cláudia André (deputada à Assembleia da República pelo PSD) e Tiago Estêvão Martins (deputado à Assembleia da República pelo PS).

RECOMENDAÇÕES DO EDULOG

À luz dos resultados do estudo "Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior", e tendo presente a missão do EDULOG, da Fundação Belmiro de Azevedo, de ser uma referência na produção e na divulgação de conhecimento científico sobre Educação em Portugal com o objetivo de informar as políticas públicas, envolver a comunidade educativa, promover o debate e estimular uma mudança positiva na educação das gerações futuras, o EDULOG apresenta as seguintes recomendações:

1. Os processos de orientação das escolhas dos estudantes, ainda no ensino secundário, devem ser reforçados de forma a assegurar menos segregação socioeconómica e de género, e mais satisfação com o ensino superior.

2. A implementação de medidas de incentivo à escolha de cursos de ensino secundário que permitam e incentivem o acesso das raparigas a cursos superiores em áreas CTEM poderá reduzir a segregação de género evidente nestas áreas.

3. Os estudantes de contextos desfavorecidos e as suas famílias podem ser alvo de alvo de ações de sensibilização sobre os benefícios do ensino superior, que chamem a sua atenção, não apenas para os retornos económicos que este proporciona, mas também para as competências técnicas e transversais que desenvolve e o estabelecimento de redes de contactos que favorece. Estas ações devem tirar partido do bom exemplo de estudantes provenientes de contextos semelhantes e bem-sucedidos no ensino superior.

4. A alteração das condições de atribuição de bolsas de ação social de modo a alargar o número de estudantes elegíveis surge como uma medida apropriada para reduzir o abandono e aumentar a permanência no ensino superior.

5. A redução do abandono passa também por uma maior satisfação dos estudantes com os resultados da colocação, seja com o curso em que se inscrevem, seja com a IES e a sua localização geográfica face à zona de residência. O acesso de mais estudantes aos cursos/IES da

sua primeira escolha deve ser promovido, procurando continuar a alargar a oferta em cursos e IES com taxas de ocupação mais elevadas e com mais candidatos em primeira opção.

6 Muitas IES têm vindo a trabalhar no desenho de políticas institucionais mais inclusivas. Importa adaptá-las, mas, sobretudo, importa avaliar o seu impacto de forma sistemática e prestar contas à sociedade. Essa avaliação pode ser feita através da definição interna de indicadores de equidade na admissão e na permanência/abandono das próprias IES. Idealmente, esses indicadores seriam definidos para todas as IES e usados na avaliação externa da qualidade.

7 O trabalho de complementaridade entre as IES e o mercado de trabalho que tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos em muitas IES deve ser continuado e intensificado. As IES devem procurar suprir algumas lacunas decorrentes do nível socioeconómico dos pais. Nomeadamente, devem procurar antecipar e desenvolver as competências necessárias a uma melhor integração no mercado de trabalho.

8 Para tornar Portugal mais atrativo para estudantes de países desenvolvidos (e.g. Europeus) é fundamental melhorar a sua visibilidade no panorama científico internacional, o que exigirá um maior investimento no financiamento da investigação, na sequência do que tinha sido iniciado pelo Ministro Mariano Gago.

9 Deve ser revista a política de atribuição de bolsas para estudantes internacionais. Isso já foi feito em relação às bolsas FCT para doutoramento, mas deve ser fortemente incrementado e alargado a outros graus.

10 É necessário que as IES portuguesas ofereçam formação na língua inglesa, por forma a poderem atrair estudantes que não falem a nossa língua.

11 É necessário desenvolver competências culturais e linguísticas entre o pessoal docente e não docente.

12 É necessário rever a situação dos estudantes europeus aos quais não se aplica o Estatuto de Estudante Internacional.

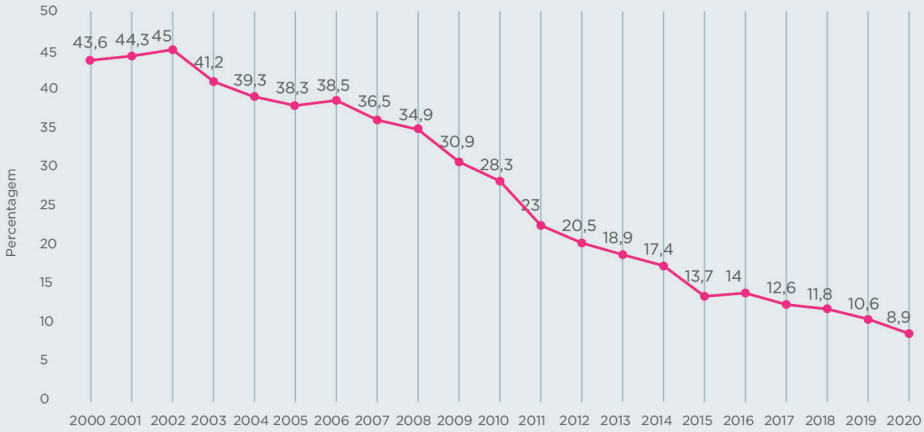
13 Um dos maiores entraves ao recrutamento de estudantes internacionais, não Europeus, consiste na burocracia necessária para entrar em Portugal para estudar. É fundamental facilitar a obtenção de vistos e autorizações de residência e de trabalho em regime de part-time.

14 Deve ser estudada a criação, em tempo útil, de um "visto de estudante", com base numa burocracia simplificada

15 Deve ser incentivada a coordenação nacional entre os diversos organismos intervenientes no percurso dos estudantes internacionais antes e depois da chegada a Portugal (instituições de ensino superior, embaixadas, SEF, finanças)

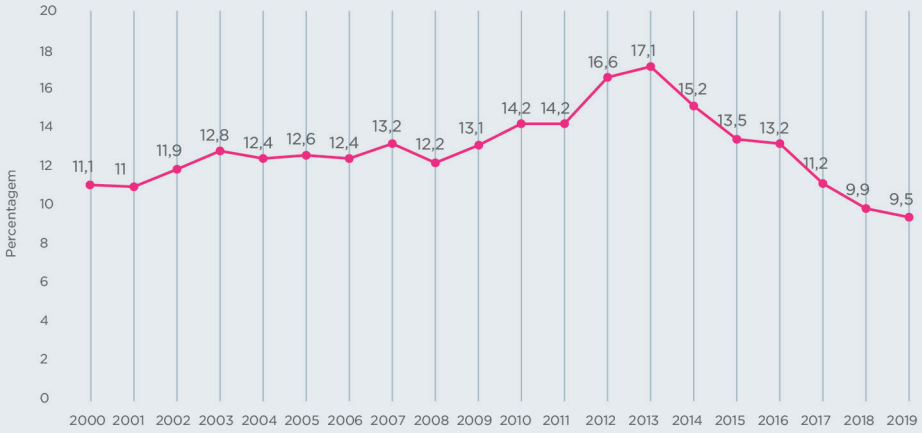
EVOLUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Jovens entre os 18 e os 24 anos que deixam de estar envolvidos em educação e formação sem completarem o ensino secundário.



EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE JOVENS NEEF

Jovens entre os 15 e os 24 anos que não estão inseridos no mercado de trabalho nem no sistema de ensino formal (NEET - Not in Education, Employment or Training).



Fonte | EDUSTAT (www.edustat.pt)

2020 - 2021

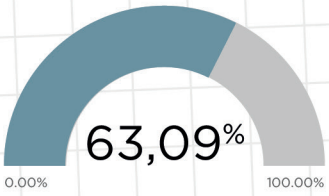
Fonte | EDUSTAT (www.edustat.pt)

403.746 ESTUDANTES INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR

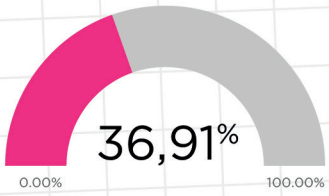
53,56% Percentagem de mulheres

46,44% Percentagem de homens

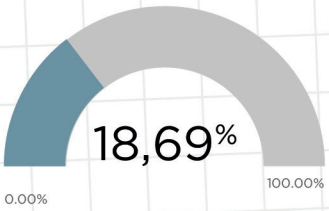
Percentagem de estudantes no Universitário



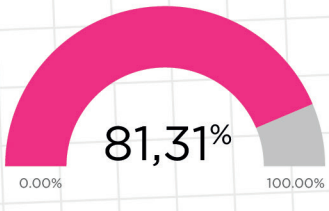
Percentagem de estudantes no Politécnico



Percentagem de estudantes no Privado



Percentagem de estudantes no Público



2019 - 2020

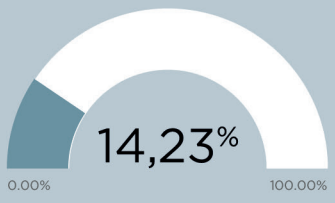
Fonte | EDUSTAT (www.edustat.pt)

58.390 ESTUDANTES BOLSEIROS

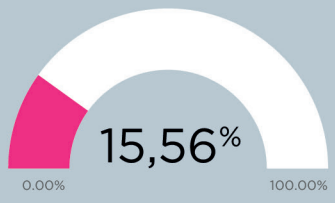
17,38% Percentagem de mulheres

11,57% Percentagem de homens

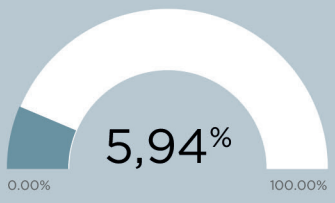
Percentagem de alunos no Universitário



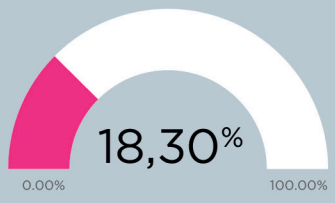
Percentagem de alunos no Politécnico

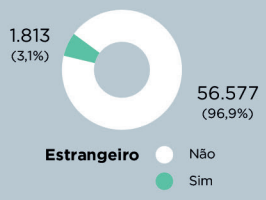


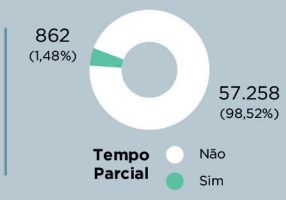
Percentagem de alunos no Privado

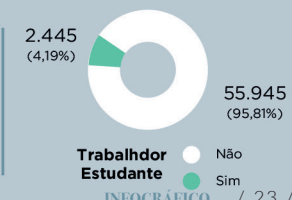


Percentagem de alunos no Público









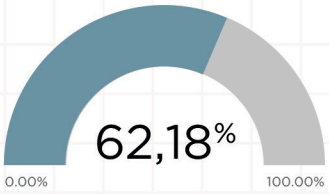
2020 - 2021

Fonte | EDUSTAT (www.edustat.pt)

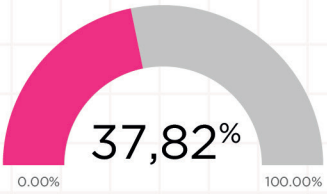
352.941

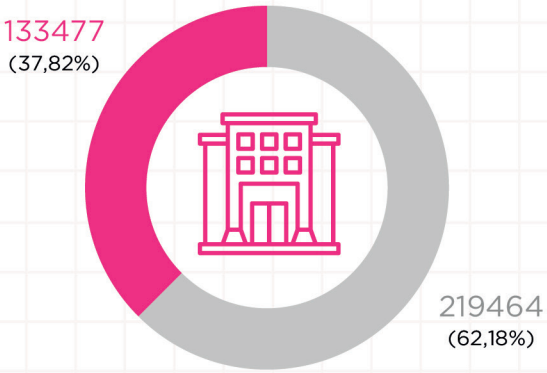
ESTUDANTES NACIONAIS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR

Percentagem de estudantes no Universitário

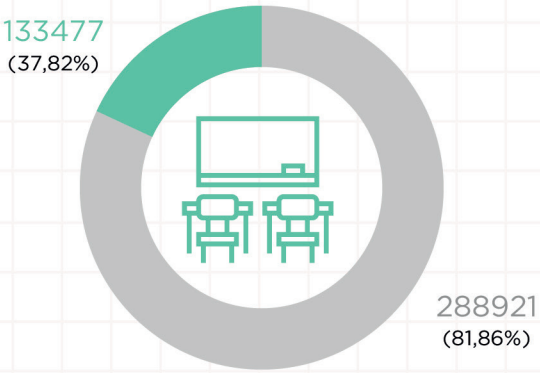


Percentagem de estudantes no Politécnico

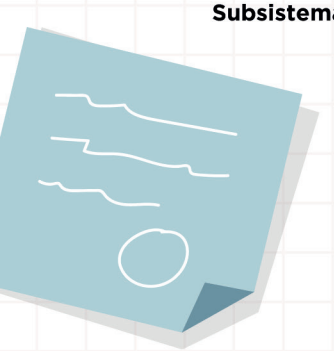


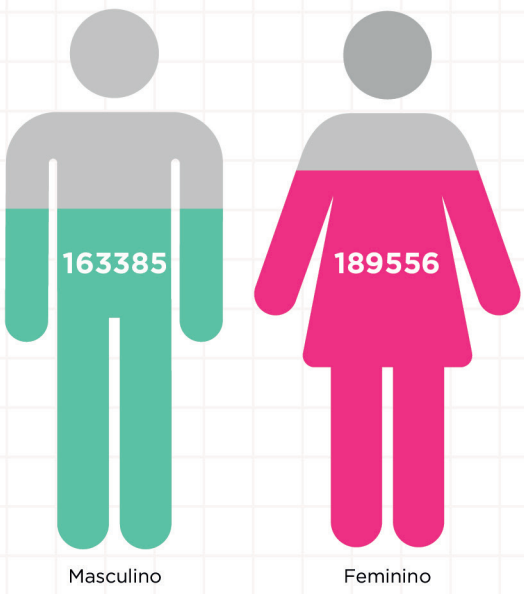


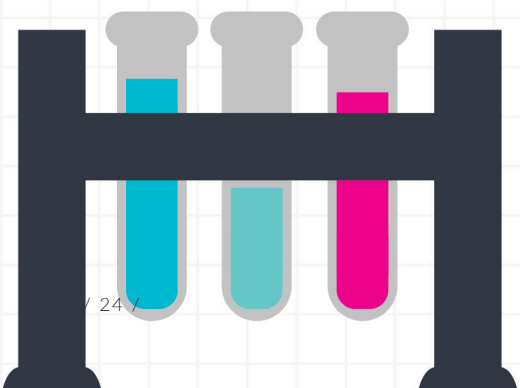
Subsistema
- Politécnico
- Universitário



Natureza
- Privado
- Público





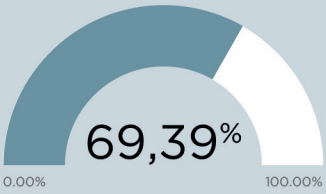


2020 - 2021

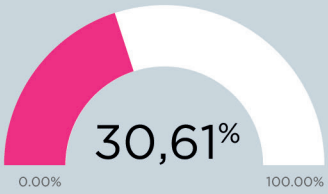
Fonte | EDUSTAT (www.edustat.pt)

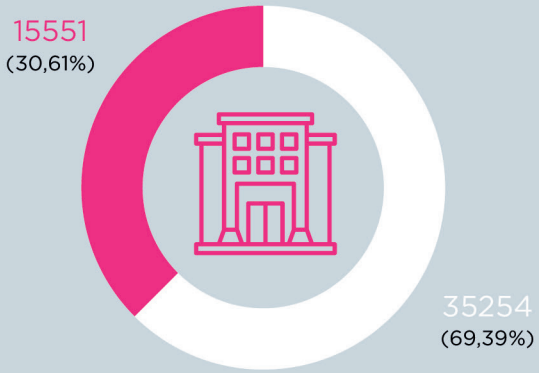
50.805 ESTUDANTES INTERNACIONAIS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR

Percentagem de estudantes no Universitário

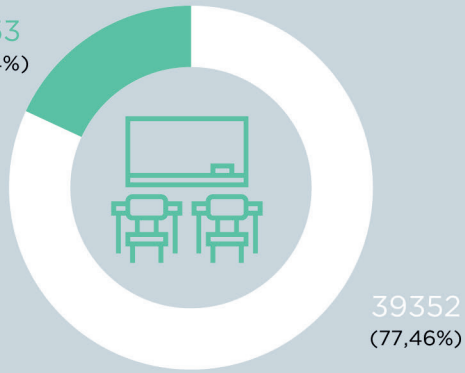


Percentagem de estudantes no Politécnico

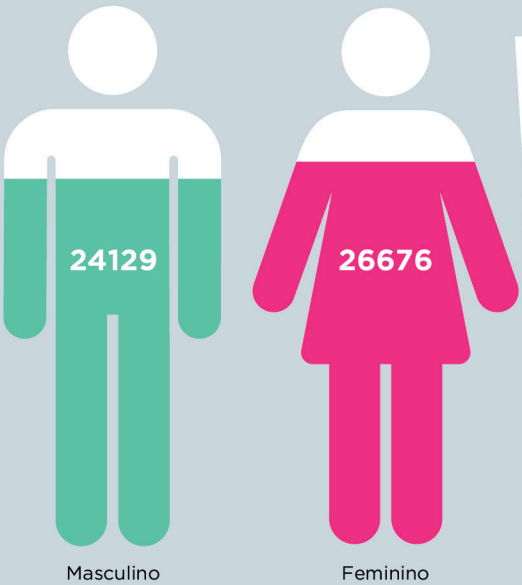




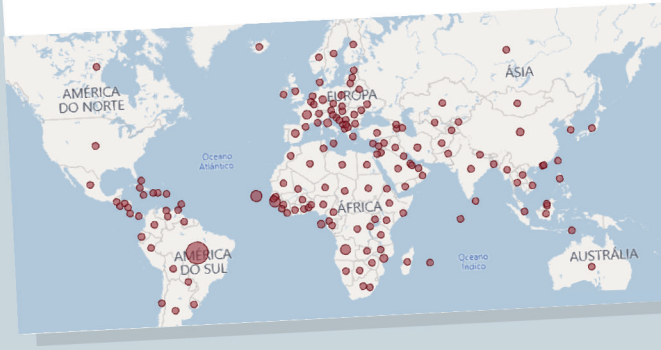
Subsistema
- Politécnico
- Universitário



Natureza
- Privado
- Público



Origem geográfica dos estudantes internacionais inscritos em instituições de ensino superior portuguesas



DISCURSO DIRETO

Carla Sá
António Fontainhas Fernandes
Tiago Estêvão Martins
Cláudia André
Alberto Amaral

Os textos que se seguem foram adaptados a partir das intervenções públicas na Edutalk que decorreu no dia 29 de novembro de 2021, no Auditório do Colégio Efanor, em Matosinhos. As opiniões expressas refletem o posicionamento dos seus autores, não necessariamente o do EDULOG, cujo objetivo é apenas proporcionar um debate construtivo e fundamentado na evidência científica.

Carla Sá
Professora auxiliar do departamento de economia da Universidade do Minho, coordenadora do estudo

DESIGUALDADES NO ENSINO SUPERIOR: DO ACESSO OU NÃO PARA QUE TIPO DE INSTITUIÇÕES?

A massificação do ensino superior, após o 25 de Abril, não significou o fim das desigualdades, mas resultou na redução de algumas. Neste momento, temos um grupo de alunos no ensino superior mais diverso e proveniente não apenas de contextos socioeconómicos mais favorecidos, mas também temos já alguma representatividade de grupos de estudantes menos favorecidos. As dificuldades, contudo, passaram para fases ou para dimensões diferentes. Ou seja, deixaram de estar tão concentradas na decisão de participação ou não no ensino superior e passaram a estar no tipo de instituições, nos cursos e áreas de estudo que os estudantes frequentam e que, muitas vezes, estão associadas, no mercado de trabalho, a maior ou menor empregabilidade. De facto, ainda há um longo caminho a fazer para garantir que estes estudantes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, primeiro, continuem a entrar cada vez mais para o ensino superior; segundo, aqueles que já participam possam ter acesso aos cursos mais seletivos, às instituições mais seletivas e a melhores situações no mercado de trabalho.

Imobilidade geográfica

Neste estudo não exploramos as explicações para a falta de mobilidade geográfica dos alunos. Noutros trabalhos que temos feito, e o que a própria literatura diz, é que imobilidade tem a ver, em grande medida, com dificuldades financeiras – que são importantes. Mas os custos da mobilidade não são só materiais, são também pessoais. Remetem para a saída dos estudantes do seu contexto de conforto, da sua zona de amigos, o estabelecer novas relações e os estudantes portugueses, em geral, estão menos disponíveis para fazer esse esforço.

Em relação às desigualdades, sentimos que surgem logo no momento da entrada no ensino superior, depois surgem novamente quando falamos de sucesso, abandono ou permanência e voltam a surgir quando falamos de empregabilidade. Isto quer dizer que há alguma coisa que o próprio ensino superior pode e deve fazer; aliás, as instituições têm vindo cada vez mais a fazer trabalho nesse sentido. Isto dito, este trabalho tem de começar muito antes. Há muitos estudos internacionais que dizem que estas diferenças começam logo a fazer-se sentir na primeira infância. Portugal fez um esforço grande em termos de acesso ao ensino pré-escolar, mas ainda há muito para fazer. Como se vê pelos resultados deste estudo, as desigualdades iniciais têm implicações ao longo da vida, pelo que é mesmo importante que se atue desde muito cedo e que haja todo um trabalho anterior à entrada no ensino superior.

Estudantes internacionais

Relativamente aos estudantes internacionais, nas entrevistas feitas no contexto deste estudo, um fator mencionado por algumas instituições de ensino superior, sobretudo mais pequenas, foi o de não conseguirem, simultaneamente, garantir uma oferta em Português e Inglês. Para o conseguirem, diziam, precisavam de ter uma turma completa de estudantes que pudesse frequentar o curso em língua inglesa. Estas realidades demoram a alterar-se, mas é possível ir passando a mensagem de que o ensino em língua inglesa tem vantagens para todos os públicos, seja o nacional, seja o internacional.

De alguma maneira é importante associar à vinda destes estudantes internacionais toda uma série de vantagens também para os restantes estudantes, no sentido de partilha com culturas diferentes e de estabelecimento de redes de contatos, que deixam de ser apenas locais ou nacionais e passar a ser internacionais. Tem de ser feito todo um trabalho de atração destes estudantes chamando a atenção para estes aspetos de forma que a língua se torne num fator menos importante. Na medida do possível, lecionar numa língua franca é o ideal. Estou convencida que alguns estudantes poderão ser facilmente convencidos disso, sendo apenas preciso que lhes seja feita a proposta e explicados os benefícios de as aulas funcionarem em inglês.

António Fontainhas Fernandes
Presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

UNIVERSIDADES DO INTERIOR DEVEM ESTAR FOCALIZADAS EM DETERMINADAS ÁREAS

Portugal deu um enorme salto em matéria de ensino superior. Os números mais recentes divulgados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sublinham que metade da população com 18 anos frequenta o ensino superior e no terceiro trimestre atingimos a meta europeia de diplomados com 30 e 34 anos superior a 40%. Ora, este estudo apresentado hoje veio trazer informação adicional sobre os resultados positivos que Portugal tem vindo a atingir, nomeadamente do número de estudantes internacionais e da colocação de estudantes em instituições do interior. No entanto, estas situações podem mudar devido ao cenário de pandemia da covid-19. Um artigo recente da revista *The Economist* refere que na Europa e em países como os Estados Unidos, a China entre outros países da Ásia, as famílias recorrem cada vez mais a explicações privadas para apoiar jovens e a atividades extracurriculares, o que vai traduzir-se num aumento dos custos com educação. Esta situação decorre da pandemia e vai aumentar seriamente as desigualdades sociais.

Uma das conclusões do estudo EDULOG - *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior* mostra que uma boa parte dos candidatos não preenchem todas as opções de candidatura e alguns dos não colocados na primeira fase acabam por não concorrer à segunda fase. Questionam-me se os alunos são suficientemente informados sobre as suas opções? O facto de muitos jovens no momento em que se inscrevem não escolherem todas as opções mostra determinação e significa que eles apenas pretendem frequentar aqueles cursos e naquelas instituições. O estudo também revela que cada vez mais há uma menor mobilidade na escolha dos estudantes, optando por ficar na área da residência o que pode dever-se a fatores económicos. Neste momento, parece-me importante reter que nos locais onde há mais população – Lisboa, Porto e Setúbal – existem mais

candidatos que não ficaram colocados. É uma oportunidade para estimular mecanismos que fomentem a mobilidade destes jovens para instituições do interior, a exemplo do programa Mais Superior que apoia estudantes do litoral que pretendem estudar no interior. Mas também é importante que as instituições do interior focalizem a sua estratégia em "cursos de bandeira" com reconhecimento nacional e internacional, para atrair estes jovens. Em suma, a educação é uma área em que nos aproximamos da Europa, mas é preciso um novo impulso e não podemos estar satisfeitos com os resultados que já atingimos.

Universidades especializadas

As universidades do interior devem focalizar a sua ação em determinadas áreas, como estratégia para estimular a atração de jovens pelo seu reconhecimento. A título de exemplo, vejamos o caso da enologia, um "curso de bandeira" que leva os jovens a escolher a Universidade da Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); o mesmo se passando com a área das ciências veterinárias. As universidades do interior não podem mimetizar as universidades do litoral, devendo definir estratégias de focalização educativa com impacto no território. Devem definir as suas áreas com potencial e diferenciadoras, evidentemente com uma forte ligação ao território, podendo igualmente nesta fase ser pioneiras numa das prementes reformas que é necessário avançar no ensino superior, a reestruturação da oferta educativa.

A adequação a Bolonha – centrou-se na mudança do formato dos cursos que passaram de cinco para três anos –, registando-se uma mudança estrutural, mas não se verificou uma mudança funcional. As instituições do interior poderiam dar agora o exemplo ao

promover um ensino mais centrado no estudante e menos centrado no professor. Esta reforma passa também pela redução da carga horária presencial, por mudanças de metodologias de ensino-aprendizagem, de adaptação dos conteúdos programáticos incluindo o reforço das novas ferramentas digitais e da transição climática, porque são desafios que estão para continuar. Importa ainda impulsionar modalidades de formação em contexto de empresa em áreas que tenham impacto no desenvolvimento do território. Aqui sim, os fundos comunitários podem constituir um apoio para implementar estas mudanças organizacionais e na forma de ensinar. É preciso dar um salto na forma de ensinar, mas também dos espaços físicos. Toda a gente sabe que nós docentes continuamos a ensinar nas mesmas salas onde fomos alunos. Isto mostra o muito que ainda é preciso fazer.

As instituições têm de se diferenciar na forma de ensinar, de organizar os seus cursos e de se relacionar com a sociedade, não dependendo do local onde estão situadas. Na Europa a escolha do curso não depende de ser oferecido nas capitais ou em grandes centros urbanos, mas antes pelo seu reconhecimento. Estas mudanças das instituições exigem lideranças fortes.

Esta realidade também se aplica à área da medicina. Todos os cursos de Medicina não precisam de estar centrados nos grandes hospitais centrais do Porto e de Lisboa. De igual modo, os cursos podem diferenciar-se. Senão vejamos! No atual cenário de pandemia conclui-se que novo coronavírus SARS-CoV-2 – isto está dito em conhecidas referências internacionais – provém do setor animal que, por sua vez, têm vindo a ser alvo de agressão decorrente das alterações ambientais. Esta trilogia – ambiente, animal e ser humano – vai requerer novos formatos multidisciplinares de estudo e de investigação, à luz do conceito de "uma só saúde". O mesmo se poderá dizer de outras áreas do conhecimento, o qual exige cada vez mais contextos multidisciplinar e vai traduzir-se em novas valências formativas.

Estudantes internacionais

O estudo *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior* centra-se também nos estudantes internacionais. Tenho nesta matéria uma posição muito clara: a atração de estudantes internacionais deve ser uma aposta por dois grandes motivos. Em primeiro lugar, sabe-se que um dos grandes problemas que Portugal se depara é a quebra de população. O desafio demográfico exige políticas públicas de natalidade e políticas ativas de imigração, podendo o ensino superior ter um papel relevante. Por exemplo, numa região em que se está a apostar na especialização inteligente na indústria automóvel, obrigatoriamente se vai exigir mão de obra qualificada. Cite-se o caso do Minho, onde se estão a instalar empresas internacionais como a Bosch; as instituições da região devem focalizar-se em apostas formativas neste domínio. Em Espanha, por exemplo, existe uma aposta de atração de estudantes dos países do espaço ibero-americano dadas facilidades culturais e linguísticas, podendo Portugal seguir idêntica aposta, quer nos países PALOP, quer no espaço ibero-americano.

O segundo motivo, reside no impacto económico dos estudantes internacionais, não apenas pelo valor das propinas, vital para a sustentabilidade das instituições, mas por outros fatores. Os estudantes estrangeiros têm um impacto direto na economia, mas existe também um efeito *spill over*. Num momento em que se está a desenhar o Portugal 2030, o ensino superior também deve ser perspetivado pelo impacto económico. Está em curso um programa de internacionalização do ensino superior português financiado pelo COMPETE, mas andamos anos e anos para tentar resolver problemas burocráticos de execução de fundos comunitários. A atração de estudantes internacionais exige financiamento adicional e os fundos comunitários podem ter um papel relevante, apoiando atividades de promoção em determinados países.

Vantagens económicas

Veria com muito bons olhos que numa altura em que se está a formatar um novo período de programação, se considere que as universidades sejam elegíveis em programas de internacionalização que permitam captar mais jovens estrangeiros, pelo impacto que tem na economia nacional. Indubitavelmente, quando se fala na internacionalização da economia, além dos setores tradicionais como o calçado, vinhos e têxteis, o ensino superior deve ser perspetivado como uma área que pode trazer vantagens económicas. Portugal tem de perceber que um dos principais problemas do país é não ter gente. O número de jovens com 18 anos nos próximos anos – os censos mostram isso claramente – vai ter uma diminuição assustadora e as instituições vão ter de encontrar soluções, em articulação com políticas ativas de atração de recursos humanos, a exemplo do que se faz na Europa. Diversos países europeus têm sido muito proativos em políticas de atração de recursos humanos, casos do Luxemburgo, Suíça e mesmo a própria Alemanha tem sido muito pró-ativa, devendo o superior integrar o desenho desta estratégia.

Da mesma forma partilho da conclusão doo EDULOG que refere – e bem – que para atrairmos estudantes internacionais tem de haver uma maior articulação entre os diferentes subsetores que trabalham isso (desde o antigo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), ao Ministério dos Negócios Estrangeiros) com o ensino superior, também tem de existir uma maior articulação entre a educação e o ensino superior. É preciso trabalhar nesse sentido.

Adicionalmente, há uma questão que me preocupa que é o ensino das ciências no ensino secundário. O número de alunos inscritos em determinadas áreas, principalmente de biologia e físico-química, está a diminuir e vai ter impacto no acesso ao ensino superior em determinadas áreas, como as ciências biológicas e engenharia. Existe um caso mais preocupante, o da agricultura, uma área que deve ser objeto de uma profunda modernização. Este ano, apenas metade das vagas foram ocupadas a nível nacional, prevendo-se o

agravamento da oferta de técnicos qualificados para dar resposta aos desafios. A diminuição de alunos inscritos a físico-química influencia a área das engenharias, determinante para dar resposta aos desafios com que o país se vai defrontar.

Tiago Estêvão Martins
Deputado do Partido Socialista e membro da Comissão de Educação Ciência, Juventude e Desporto

COMBATE ÀS DESIGUALDADES NÃO PODE PASSAR APENAS PELA AÇÃO SOCIAL

O combate às desigualdades nunca está terminado. Aquilo que vai acontecendo é que vamos criando novas ambições face àquelas que são as dificuldades que se vão apresentando. O país evoluiu muito nos últimos anos. Em meados dos anos 60 a probabilidade de alguém que fosse filho de pais que não tivessem o ensino superior frequentar este nível de ensino quando comparado com alguém nessas condições era 400 vezes inferior. Hoje são quatro vezes inferiores. Continua a ser demasiado, mas é importante percebermos de onde partimos e o porquê de o sistema estar estruturado como está. Portugal continua a ter um défice de qualificações e isso tem obviamente impacto nos filhos e nas famílias.

Mas há uma questão que é fundamental: quando falamos de desigualdades não podemos olhar apenas para os parâmetros, que normalmente procuramos, de indicadores socioeconómicos, ou procurar os grandes números. Como este estudo corrobora – e sendo que a literatura é muito clara sobre estas matérias –, a dimensão das desigualdades é visível desde cedo. E não se trata apenas de questões de apoios sociais, trata-se também de questões de política educativa. Ou seja: de haver uma estratégia que esteja orientada para dar resposta às dificuldades. Os pontos de partida de cada aluno, de cada família são diferentes e, por isso, a possibilidade de podermos fazer esta leitura mais fina não só sobre os novos públicos – a grande discussão sobre a democratização do ensino superior tinha a ver com a abertura de universidades e politécnicos a novos públicos – agora, é preciso também fazer esta análise mais fina de perceber de que forma é que estes novos públicos também interagem com o ensino superior e de que forma as desigualdades se materializam nos seus percursos formativos.

Temos muito caminho por fazer. Mas temos a obrigação de olhar para os dados com frieza, com a capacidade de nos questionarmos sobre os caminhos que temos percorrido e colocarmos esta nova ambição de perceber que não podemos percecionar uma política de ensino superior sem ligar com a política educativa do ensino básico e secundário. De igual forma, não podemos percecionar uma política de combate às desigualdades que olhe apenas para a ação social, temos de conjugar uma política educativa que dê resposta e possa mitigar as desigualdades com que todos estes alunos partem.

Equilíbrio entre a oferta e a procura

Não só devido ao alargamento da rede, mas também ao facto de as próprias instituições terem robustecido, desde os últimos anos assistimos a uma crescente regionalização da própria configuração do ensino superior, ou seja, a dimensão do número de estudantes que provém da região onde está a instituição é crescente. Isso obviamente tem justificações de natureza económica, mas depois há um conjunto de outras justificações que são importantes mencionar. Não farei muitas considerações sobre as motivações, mas é importante que tenhamos a perceção de que um estudante quando ingressa no ensino superior está também a apresentar-se perante uma perspetiva de futuro. No entanto, continuamos a ter um país muito desigual que funciona a duas velocidades muito diferentes. Além disso, fomos permitindo, ao longo dos anos, que o peso das vagas disponíveis tanto no Porto como em Lisboa consolidasse a perspetiva de um país a duas velocidades. O que, por um lado, nos coloca hoje uma grande questão que tem a ver, precisamente, com este desequilíbrio – provavelmente injusto para com as outras instituições que fazem trabalho altamente

meritório – sobre o prestígio que é atribuído às diferentes instituições. Por outro lado, também nos confrontamos com a perspetiva de encontrar mais possibilidades e mais oportunidades para os estudantes a partir do momento que frequentam estas instituições. A forma de combater estas questões não é simples e, obviamente, não se esgota nos apoios. Podemos aumentar o complemento do alojamento, como foi feito; podemos fazer um investimento no plano nacional de alojamento estudantil, que ainda não está no ponto que todos desejaríamos, mas que é um dos caminhos. Há um ponto extremamente importante: é necessário capacitar estas instituições do interior, dar-lhes a visibilidade que merecem e valorizá-las.

Um caso paradigmático é o do ensino politécnico. Tem uma abrangência territorial muito significativa, áreas de estudo muito interessantes, que podem ser capitalizadas de uma forma muitas das vezes não tão bem explorada como seria desejado, e é um dos subsistemas onde há um caminho maior para percorrer. Precisamente porque há ou tem havido uma menorização da sua reputação que em nada condiz com aquela que é a qualidade da formação ministrada.

Assinalo ainda que muito do que temos feito e do caminho que temos percorrido enquanto país, ao longo dos últimos anos, foi o de criar diferentes vias de acesso para que estudantes em fases diferentes da sua vida, com percursos diferentes, possam aceder ao ensino superior. Além disso, temos consolidado esta perspetiva com uma maior abrangência territorial para a qual Cursos Técnicos Superiores Profissionais[1] (TeSP) têm contribuído enormemente. Hoje temos uma abrangência territorial do ensino superior nos diferentes concelhos que é muito maior do que a que tínhamos há uns anos atrás e penso que isso é também um dos pontos de partida.

[1] Ciclo de estudos ministrado no ensino politécnico com duração de quatro semestres curriculares e que permite o acesso aos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado através de um concurso especial.

Uma das matérias que temos de repensar é precisamente a de encararmos o ensino superior como uma obrigação do país para com a formação da nossa população, mas também de termos essa abertura para irmos procurar e intensificar a capacidade de captação de novos públicos, pessoas com percursos diferentes que podem acrescentar.

Quem foi estudante sabe perfeitamente que o enriquecimento é tão maior quanto maior é a diversidade das pessoas que compõem a sua comunidade académica, sejam professores, sejam estudantes. Esta é uma matéria que tem de ser trabalhada. Sabemos que há uma correlação entre a idade de entrada no ensino superior e o estatuto socioeconómico de partida e temos de ter a predisposição para captar estes públicos para sermos capazes de providenciar as condições para que haja uma aprendizagem ao longo da vida, mas que não se cinja a uma expressão vaga e que criemos essas oportunidades. Neste ponto há muito caminho a percorrer não só na própria disponibilidade que as instituições vão tendo, com as limitações que têm.

Um horizonte futuro para o qual temos de trabalhar é o começarmos a capacitar as instituições de uma oferta que dê resposta a públicos que já estão no mercado de trabalho. Públicos que podem ser chamados novamente para reciclar conhecimentos e abrir horizontes. O ensino superior não é apenas para os mais novos, essa é uma perspetiva completamente deslocada, tanto temporalmente como daquilo que o país precisa. O ensino superior tem de ser educação, investigação de excelência para todos os portugueses em qualquer etapa da sua vida que queiram aprender e melhorar-se no seu dia a dia.

Perspetivas para o futuro

Não vou ser eu a levantar o véu sobre o programa eleitoral do Partido Socialista, mas há matérias que posso comentar. A questão de atrair mais estudantes internacionais tem de merecer imensa cautela. Temos de ter a perceção que ela tem maior grau de complexidade do que às vezes possa parecer de forma imediata. Como, por exemplo, em matérias que têm a ver com o recrutamento e nas quais tem de haver algum tipo de cuidado na análise. Quanto ao tempo de demora na atribuição dos vistos é um trabalho que tem vindo a ser feito desde 2019 com a iniciativa *Study and Research in Portugal*[2]. Todavia, há uma questão fundamental que diz respeito ao aumento exponencial do número de vistos e ao facto de não termos uma capacidade de resposta adequada para estas matérias. Obviamente, isto repercute-se, depois, no dia a dia e na vida concreta destes estudantes.

Aquilo que estava previsto para o Simplex 2021/2022 era continuar a melhorar esta capacidade de resposta. Portanto, esta é uma questão que já estava a ser considerada e que merece toda a nossa preocupação sendo que temos sempre de encontrar um equilíbrio entre a nossa necessidade de sermos céleres na resposta a estes estudantes e o evitar situações que não sejam as que todos desejamos.

Quanto ao custo de frequência e aos apoios que são concedidos aos estudantes, os apoios sociais concedidos aumentarem bastante nos últimos anos. Não só devido ao limiar de elegibilidade que foi alterado, ou seja, hoje não é necessário ter rendimentos tão baixos para auferir de bolsa, mas também graças à desagregação entre o valor da propina e o valor da bolsa. Isto quer dizer que, em termos reais, o estudante terá à partida bolsas mais altas. Houve uma procura de resposta que procuraremos sempre aprofundar de dar mais condições aos estudantes, bolsas que consigam pagar mais daquilo que é a realidade do estudante, mas também de reduzir o valor das propinas.

[2] Iniciativa que define as orientações para a articulação da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia, aprovada na Resolução de Conselho de Ministros n.º 78/2016.

A redução das propinas é um caminho que tem sido continuado. Sabemos que causa um impacto financeiro considerável, mas a ambição é a de reduzir ao máximo os custos de frequência sem prejudicar as instituições. Nesta matéria é preciso realçar a importância dos contratos estabelecidos com as instituições porque esta é uma opção política que é assumida pelo país como um todo e não apenas como uma redução da receita das instituições.

Cláudia André
Deputada do Partido Social Democrata, membro da Comissão de Educação Ciência, Juventude e Desporto

GARANTIR O ACESSO E A CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR A QUALQUER ALUNO PORTUGUÊS

O grande desafio, não só das instituições de ensino superior do interior, mas nacional, é em primeiro lugar, desmontar o estigma que existe sobre o interior. Em que aquilo que é oferecido é como que algo menor, com menos qualidade que o de qualquer outra região – neste caso que qualquer outra instituição de ensino superior – possa ter no litoral. O trabalho das instituições de ensino superior do interior é tão profícuo como o das outras universidades. Possivelmente, o estigma e o complexo da interioridade, e esta constante menorização do interior, entra no subconsciente do cidadão. E em especial do aluno do secundário que não coloca sequer em questão concorrer para as regiões como a Universidade da Beira Interior ou a Universidade de Évora. Ou seja, há efetivamente um complexo do interior e as universidades e politécnicos do interior têm trabalhado de uma forma extraordinária para conseguir desmontar todo este problema. É evidente que esta é uma forma simplista de ver as coisas.

É natural que se uma instituição do ensino superior conseguir credibilizar ou criar a tal notoriedade dos seus cursos e das suas ofertas conseguirá atrair alunos, independentemente da sua origem geográfica. No entanto, terá de fazer um esforço maior que possivelmente uma universidade ou politécnico de Lisboa, Setúbal, Porto e até Coimbra terão de fazer. É necessário retirar este estigma do interior e demonstrar aos nossos jovens – em especial aos do secundário – que estas universidades são uma oferta tão prestigiante e cuja saída profissional será tão importante como se se tratasse de outro lugar qualquer do país.

Os alunos deslocados – e aqui temos um problema muito importante ao nível da discriminação territorial e não só socioeconómica – terão muita mais dificuldade em se integrar e se adaptar a qualquer universidade do que se estivermos a falar de um aluno residente.

Daí, provavelmente esta grande necessidade de os alunos não se quererem deslocar geograficamente. Realmente, esta deslocação é bastante dispendiosa para as famílias, mesmo quando estamos a falar de alunos da classe média que não têm direito a bolsa, não têm direito a residência – o alojamento estudantil é outra grande dificuldade – e fazem grandes sacrifícios para se conseguirem manter numa cidade como Lisboa ou o Porto, tendo que encontrar outros meios de alojamento.

Subscrevo o que o deputado Tiago Estêvão Martins disse no que respeita às bases, ou seja, é um trabalho que tem de ser feito a partir das escolas. A questão do abandono escolar e do abandono académico é um trabalho que tem de ser feito a partir das escolas secundárias. A questão da discriminação social e da desigualdade social que se reflete deve ser trabalhada a partir do ensino básico e secundário para que depois todos os alunos consigam fazer face ao chegar ao ensino superior às suas dificuldades e às suas preocupações e, sobretudo, para que consigam escolher o curso que desejam independentemente da sua classe social e da sua disponibilidade financeira.

Prosseguir e abandonar estudos

Cerca de 40% dos alunos do ensino secundário prosseguem estudos para o ensino superior. É importante haver a garantia de que todo o aluno que termina o ensino secundário e deseja seguir para o ensino superior o consegue fazer com sucesso. E, precisamente, consegue fazer porque se esforçou, porque conseguiu todos os requisitos necessários. E que a sua ambição de terminar um determinado curso superior seja possível, independentemente da sua condição económica, da sua localização geográfica e da sua condição familiar.

Mais importante do que perceber se devíamos ou não ter mais alunos no ensino superior – é importante que sim, é evidente – tem de nos preocupar que estejam garantidos o acesso e a conclusão a qualquer aluno português. Isso será efetivamente aquilo que mais nos deve preocupar. Este estudo mostra que existe um abandono relativamente elevado e por isso devíamos perguntar o que leva os alunos a saírem? A pergunta é feita no estudo e percebemos que muitos destes alunos abandonam os estudos porque não entraram na opção que eventualmente quiseram, considerando que a primeira opção não foi a sua colocação.

Consideramos também fundamental criar todas as condições, em conjunto com as instituições de ensino superior, para perceber o que falhou. Que respostas não foram dadas a estes alunos para que eles fossem embora e não continuassem os seus cursos. A população ativa ainda está muito aquém da formação académica que gostaríamos de ver e sabemos que há um trabalho muito árduo a fazer entre a população adulta. Mas gostaríamos de caminhar para que estivesse garantido o sucesso escolar, académico de todos os alunos que pretendam progredir na vida e tenham esse objetivo através de um curso superior. Essa é a maior preocupação que devem ter as famílias, escolas e os governantes.

Perspetivas de futuro

Não poderei desvendar qualquer ideia que esteja a ser trabalhada no programa eleitoral do PSD. As nossas preocupações foram notadas por mim. No que diz respeito às regiões menos densamente povoadas, no programa eleitoral de 2019 tínhamos uma proposta de majoração para as universidades do interior para dar apoios mais incisivos aos alunos deslocados para o interior. Em relação à saída para o mercado de trabalho, procurávamos medidas para estreitar a articulação entre as universidades e as características e a especialização regional. Para que, de alguma forma, ao saírem das universidades do interior os alunos conseguissem a proximidade com o mercado

de trabalho – nas regiões do interior onde estudavam – através do trabalho que pudessem ter desenvolvido no mundo académico. Uma preocupação deste programa eleitoral será, com certeza, o alojamento dos estudantes, assim como os vistos dos alunos internacionais, duas questões que já foram colocadas ao atual ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor.

Alberto Amaral
Presidente do Conselho Consultivo do EDULOG

DIPLOMA DO ENSINO SUPERIOR É UM BEM POSICIONAL E FAMÍLIAS MAIS RICAS APROPRIAM-SE DELE

A falta de equidade no ensino superior não é um problema português, é universal e tem muito que ver com o facto de um diploma do ensino superior constituir aquilo que se chama um bem posicional. Quem tem um diploma do ensino superior tem depois uma vantagem competitiva, por exemplo, na procura de emprego. O que acontece é que as famílias de maior recurso ou de maior capital económico-social tendem a apropriar-se dos bens posicionais. A noção de bem posicional está associada a variações ao longo do tempo. Quando eu era aluno do ensino superior havia entre 45 e 50 mil alunos em todo o ensino superior – agora temos quase dez vezes mais – e a questão que se colocava na altura era entrar ou não entrar. A percentagem de alunos das famílias desfavorecidas que conseguia ter acesso ao ensino superior era perfeitamente ridícula. Portanto, o entras ou não entras era o que se demarcava na altura.

Quando o ensino superior se alargou e se permitiu que praticamente todos os alunos conseguissem ter acesso ao ensino superior passou a haver uma distinção diferente, deixou de ser o entras ou não entras no ensino superior, e passou a ser o onde é que entras e como? Ou seja: passou a haver distinções entre instituições e entre cursos dentro das instituições. A falta de equidade que antes era o entrar ou não entrar passou agora a deslocar-se para quem entra e não entra em Medicina, quem entra ou não entra para Engenharia Aeronáutica, quem entra ou não entra para Engenharia de Gestão Industrial e por aí a diante. Olhando para a percentagem de bolseiros em cada um dos cursos, percebe-se que foi para aí que se deslocou a diferenciação. Há uma percentagem maior de bolsas no politécnico do que no universitário, porque as famílias de menores recursos tendem a mandar os filhos para o politécnico. Se compararmos Medicina com a Enfermagem há uma percentagem muito mais alta de bolseiros na Enfermagem do que na Medicina. Se, de outra maneira, olharmos para os recursos culturais dos pais, no caso da

Medicina cerca de 70% dos alunos têm pais com cursos superiores, na Enfermagem 70% dos alunos não tem pais com cursos superiores. Ora, isto replica-se na área da Farmácia que é lecionada no ensino politécnico quando comparada com as Ciências Farmacêuticas que se insere no ensino universitário, ou seja, neste exemplo vê-se de novo a enorme desproporção nas percentagens de bolsas.

Para alargar o ensino superior foi necessário diversificá-lo e criar outras formas de ensino: passou a haver o politécnico para além da universidade e passou a haver os ciclos curtos. Acontece que os filhos das famílias mais desfavorecidas vão sendo empurrados para as opções de menor valor no futuro, mas isso é um problema que não está resolvido em nenhuma parte do mundo. Provavelmente isso irá sendo resolvido na medida em que nós mudamos de geração. Se repararmos na geração que entrou desta vez há uma percentagem muito grande de jovens cujos pais não tinham curso superior. Na próxima geração vai se diferente, a percentagem de pais com ensino superior já vai ser muito maior e, portanto, os filhos desses pais vão estar numa situação mais favorável do que estavam na geração anterior. Terá de ser feito assim. Isto significa que a falta de equidade no ensino superior não é fácil de resolver, mas pode ser minorada.

Recomendações: melhorar o básico e o secundário

O EDULOG recomenda um conjunto de alterações que tendem a minorar isto e minorar é reduzir as vantagens que têm as famílias mais favorecidas em relação às outras. Como? Começando pelo pré-escolar que é fundamental para ajudar a minorar essas desigualdades, passando por melhorar substancialmente a qualidade do ensino público no ensino básico e secundário, alterar a questão dos apoios sociais, isto porque as bolsas de estudo são dadas a

um nível muito baixo de rendimentos. Uma família de classe média dificilmente conseguirá que um filho tenha uma bolsa de estudo. É necessário salientar que nas bolsas – naquilo que neste momento chamamos bolsas de estudo – uma percentagem muito grande são apenas isenções de propinas. A verdadeira bolsa de estudo é, em boa verdade, muito menor quando se olha para o total e, portanto, hoje uma família de recursos médios dificilmente terá recursos para por dois filhos a estudar fora do ambiente familiar. Isso cria situações como os casos de Lisboa e Porto, que são precisamente os dois sítios onde o ensino público preenche menos as necessidades dos distritos, pelo que há uma percentagem significativa de alunos de Lisboa e Porto que não encontra colocação no ensino público. Por isso é que vemos o ensino privado essencialmente concentrado nas áreas de Lisboa e do Porto. Não há milagres. É mesmo assim. Uma família cujo filho não consegue entrar na Universidade do Porto, nem no Politécnico do Porto vai pensar se o vai mandar para fora e suportar os custos de deslocação ou o vai por numa privada no Porto que se calhar está mais pertinho e não tem tantas despesas. Esse é um problema que tem de ser resolvido.

No caso dos alunos internacionais, o que me choca mais é que grande parte dos problemas que as instituições enfrentam no recrutamento de alunos internacionais seja a burocracia. Uma jornalista com quem estive a falar hoje e fez um estudo sobre os vistos chegou à conclusão que estão neste momento a ser dados vistos para alunos do ano anterior. Fizemos vários inquéritos a representantes de instituições de ensino superior e percebemos que um desgraçado de um aluno estrangeiro de fora da Europa que marque uma reunião com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para começar a tratar dos seus processos pode estar à espera mais de seis meses para ter uma entrevista marcada. Depois, como não tem visto também não pode ter residência, sem residência não pode ter conta bancária e isto é um verdadeiro inferno burocrático que devia estar resolvido há muito tempo. Os alunos europeus são abrangidos pelo Estatuto de Estudante Estrangeiro, mas têm outro problema: têm de entrar pelo concurso geral de acesso e enfrentam os problemas dos exames nacionais.

O EDULOG recomenda um conjunto de medidas em relação aos alunos estrangeiros que não custam dinheiro e que são pura e simplesmente vontade de eliminar a burocracia. Em Inglaterra e noutros países arranjaram o visto de estudante que é concedido mediante uma lista que é fornecida pelas universidades e pelos politécnicos e não percebo porque é que em Portugal não se faz a mesma coisa. É que, depois, tem de ser acompanhado. Em Inglaterra chegou-se à conclusão de que os mecanismos de acesso ao ensino superior de alunos estrangeiros era a melhor forma de emigração ilegal e houve instituições que foram proibidas de apresentar essas listas porque há uma fiscalização eficiente. Existem muitos problemas e que nem sequer envolvem questões financeiras, e isso é o que mais me choca. Já o caso das bolsas dos alunos entendo que ter um nível decente de bolsas de estudo traria problemas ao nível das finanças. Note-se, no entanto, e é outra coisa que o estudo chama a atenção, que as famílias portuguesas têm com o ensino superior uma percentagem de despesas superior à média europeia, embora o rendimento das famílias portuguesas seja de uma maneira geral inferior à média europeia. Por essa razão temos um problema ao nível dos apoios sociais muito complicado que faz com que muitos dos alunos não sejam móveis.

Olhando para a população que frequenta, hoje, as nossas instituições de ensino superior vê-se que a maior percentagem é a de alunos do distrito do Porto que está na Universidade do Porto e a de alunos do distrito de Lisboa que está nas universidades em Lisboa. Não há em Portugal uma instituição como Oxford ou Cambridge que valha a pena uma pessoa matar-se e endividar-se para ir para lá estudar. O aluno é muito localizado e isso é um problema que está muito associado à baixa natureza dos apoios sociais. Nos países nórdicos, os alunos não só não pagam propinas como ainda por cima têm um salário que os torna independentes da família, e é generalizado, nem sequer é dependente dos rendimentos familiares. Em Portugal um pai da classe média se tiver dois filhos e os quiser por a estudar fora do ambiente familiar vai ter grandes problemas financeiros.

EDUTALKS

TÍTULOS DA COLEÇÃO

#01 QUE PERCEÇÕES TÊM OS PORTUGUESES SOBRE O VALOR DA EDUCAÇÃO?

#02 TELEMÓVEL NA SALA DE AULA: SIM OU NÃO?

#03 EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS?

#04 HÁ FALTA DE MÉDICOS EM PORTUGAL?

#05 COMO PENSAR A ESCOLA COM MENOS JOVENS?

#06 ESTÃO AS ESCOLAS PREPARADAS PARA A AUTONOMIA E A FLEXIBILIDADE CURRICULAR?

#07 HÁ EQUILÍBRIO NA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL NO ENSINO SUPERIOR?

#08 ESTUDAR É PARA TODOS?

#09 QUAL O ESTADO DAS REDES DE ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL?

#10 A EQUIDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO: O QUE MUDOU COM A PANDEMIA?

#11 QUAL O IMPACTO DO PROFESSOR NAS APRENDIZAGENS DO ALUNO?

#12 QUEM SÃO OS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS?

O que são as EDUTALKS?

Dinamizadas pelo EDULOG, da Fundação Belmiro de Azevedo, as EDUTALKS são ciclos de conferências e debates públicos sobre temas transversais à Educação, com a presença de individualidades de referência na área.

O EDULOG, o think tank para a Educação da Fundação Belmiro de Azevedo, divulgou em novembro de 2021 o estudo *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior*, que teve como um dos seus principais objetivos perceber se a massificação do acesso ao ensino superior tem contribuído ou não para colmatar desigualdades no acesso, sucesso e permanência/abandono dos estudantes.

Os resultados obtidos mostram que a expansão do ensino superior em Portugal não se traduziu na eliminação das desigualdades, sendo o contexto socioeconómico o fator que mais as promove.

VÍDEO PODCAST WWW.EDULOG.PT

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO